

Entrevistas

José Pastore e Romualdo Portela de Oliveira

O sociólogo e professor titular aposentado da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP) José Pastore e o professor da Faculdade de Educação da USP Romualdo Portela de Oliveira discutem as lacunas de educação no Brasil e os reflexos no mercado de trabalho, apontando como a educação deve preparar a pessoa para a aprendizagem contínua exigida pela dinâmica das tecnologias e sistemas de produção.

Maria Marta Avancini

10/05/2013

José Pastore publicou 35 livros nas áreas de relações do trabalho e recursos humanos, já ocupou a chefia da assessoria técnica do Ministério do Trabalho e foi membro do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Nesta entrevista, aponta a falta de uma real política brasileira de formação que atenda às demandas atuais do mercado de trabalho.

Qual o impacto na formação de pessoal dos problemas que o Brasil enfrenta na educação básica?

José Pastore – A palavra já diz tudo: a educação básica é a base para a futura aprendizagem. Nossas escolas, com raras exceções, conseguem preparar os alunos para fazer e passar nos exames. Poucas, porém, ensinam os alunos a pensar. E no mundo profissional o que conta é a capacidade de pensar e não o volume de informações que a pessoa possui. O ensino fundamental no Brasil carece do mínimo de qualidade para formar os profissionais que o país precisa. Os defeitos ali formados se propagam para os demais níveis de ensino.

A formação de nível médio e superior atende as demandas do mercado de trabalho?

Pastore – Quando muito atendem o aspecto quantitativo. Mas na parte qualitativa deixam muito a desejar. O mercado de trabalho moderno precisa mais de neurônios do que de músculos. Já não basta ser adestrado, é preciso ser educado – e bem educado. Isso porque o adestramento ensina a pessoa a fazer uma coisa e ela faz o resto da vida – mas só isso. A educação prepara a pessoa para a aprendizagem contínua que é exigida pela dinâmica das tecnologias e sistemas de produção.

O que pode ser feito, no campo das políticas públicas no Brasil, para se fomentar e melhorar a qualidade da formação de mão de obra?

Pastore – O Brasil precisa de um programa educacional para, no mínimo, uma geração e não apenas para uma eleição como fazem nossos governantes. Nessa cruzada será fundamental preparar bons gestores de escola e bons professores. Sem isso, nada poderá ser feito nas etapas seguintes.

Como o senhor analisa a situação do Brasil no campo de formação de mão de obra, frente a outros países em desenvolvimento?

Pastore – O Brasil está a anos-luz do que é feito nos países avançados e também em alguns emergentes como a China, Coreia do Sul, Taiwan e até mesmo o Chile,

na América Latina. Nossos trabalhadores, na sua maioria, têm um baixo nível de escolarização (7,5 anos de escola). E quando se leva em conta a precariedade do ensino, isso cai para quatro ou cinco anos. Na Coreia são 11 anos de ensino, e bom ensino. No Japão, Estados Unidos e Europa, são 12 anos de ensino em boas escolas. No Brasil temos uma qualidade bastante razoável nas escolas do Sistema S Sesi e Senac. Mas isso é pouco para o tamanho e para as necessidades do país.

Romualdo Portela de Oliveira

Por Maria Marta Avancini

A superação dos desafios no campo da formação está estreitamente relacionada à melhoria da educação básica e à implementação de políticas que articulem melhor a formação fundamental com a profissionalizante. Essa é uma das ideias defendidas pelo professor da Faculdade de Educação da USP Romualdo Portela de Oliveira.

Para ele, o problema da educação básica repercute sobre os demais níveis educacionais e de formação, colocando o Brasil em desvantagem frente a outros países, como a Coreia do Sul, que sanaram suas deficiências educacionais, tornando-se potências de desenvolvimento. É essa a virada que o Brasil precisa fazer, analisa o especialista.

De que maneira a formação oferecida pela educação básica dialoga com as atuais demandas do mercado de trabalho?

Romualdo Portela de Oliveira – O mercado de trabalho está cada vez mais exigente quanto à qualificação, principalmente de nível médio e pós-médio. Esta é uma tendência. E uma boa formação de nível médio depende de uma boa formação básica geral, pois esta é a base. Hoje em dia, não adianta ensinar a operar uma máquina, porque as máquinas são substituídas rapidamente. É preciso ensinar a trabalhar em grupos e a se adaptar às mudanças da tecnologia, coisa que uma boa educação básica assegura. Outro problema que enfrentamos no Brasil é a falta de interligação entre a formação básica e o sistema de formação técnico e tecnológico.

De que maneira poderia ser feita a articulação entre a educação básica e a formação técnica?

Oliveira – No Brasil, há uma baixa cobertura de ensino profissionalizante. A melhor alternativa que temos é a rede federal, composta pelos institutos federais. A rede está presente em todas as regiões, mas o número de escolas é pequeno em relação às necessidades do país. Mesmo com a proposta de ampliar o número de matrículas em 500 mil até o final do governo Dilma em 2014, a oferta de educação profissionalizante no Brasil é insuficiente em relação à demanda por ensino superior. Além disso, faltam escolas e oferta em várias regiões. É preciso uma política mais ousada de expansão, articulada com uma política de melhoria da qualidade da educação básica, principalmente do ensino médio, que está com um nível de matrícula muito baixo na faixa etária esperada. No caso específico do ensino médio, a melhoria perpassa, necessariamente, um debate sobre currículo. O currículo atual é muito descolado das demandas da juventude e das necessidades do mercado.

Qual o papel da universidade nesse cenário?

Oliveira – A universidade atua em duas frentes. Antes de tudo, deve produzir conhecimento para melhorar a qualidade da educação básica. Paralelamente, é preciso pensar mecanismos de articulação entre a formação profissionalizante, pós-média, da rede federal e as universidades. Os institutos federais podem funcionar como um mecanismo para selecionar alunos para as universidades, ao mesmo tempo em que oferecem formação profissionalizante. Esse é um modelo bem resolvido nos Estados Unidos, onde os *community colleges* oferecem formação profissionalizante de nível pós-médio e funcionam como filtros para o sistema universitário. Se existisse algo parecido no Brasil, seria uma maneira de filtrar a demanda por formação superior, pois atualmente muitos dos jovens que prestam vestibular não estão em busca de uma formação em pesquisa, que é uma das características centrais da universidade. E as opções de formação de nível superior focadas no mercado de trabalho no segmento privado, de maneira geral, deixam a desejar em termos de qualidade.

Na década de 1960, o Brasil era comparável à Coreia do Sul em termos de desenvolvimento. Hoje há uma grande diferença entre os dois países. Por que a distância se tornou tão grande?

Oliveira – A meu ver, a explicação é uma só: durante duas décadas a Coreia do Sul investiu 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação. Com isso, assegurou o atendimento em massa e nivelou a qualidade. O Brasil deveria fazer o mesmo.